

## A TERRA E A RELIGIOSA DE MATRIZ AFRICANA NA COMUNIDADE DE MATA CAVALO PELO PRISMA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Luciano Silva Alves<sup>1</sup>  
Michèle Sato<sup>2</sup>

1

A pesquisa que esta sendo desenvolvida sob a Orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Michèle Sato, na comunidade quilombola de Mata Cavallo, no Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, a religião contribui num manejo ambiental. Possivelmente o conduz de forma inconsciente para agir em seu meio natural mudando suas condições sócio-históricas, econômicas e ambientais. É, nesse contexto, que buscaremos compreender a forma como a religiosidade nas comunidades que se intrica com o contexto ambiental. Especialmente, na comunidade de Mata Cavallo, ao referir-se “Umbanda/ Candomblé”, religiões cultuadas por alguns membros dos moradores de Mata Cavallo e possivelmente de alguns cuiabanos que em grande parcela da população é de origem africana devido à formação sócio-cultural da cidade. As Religiões de matrizes Africanas, historicamente, sempre são marginalizadas devido à hegemonia católica, uma vez que a forma de dominação frente uma cultura diversa, é a demonização das religiões de matrizes africanas. Pois, agregar os valores do “bem” e do “mal”, numa cultura onde o que é divino e profano se misturam, e neste ponto, a Educação Ambiental, sendo transversal, trás propostas de aconselhamentos de uma convivência na diferença. Na forma de culto aos Orixás, a fenomenologia associada a pesquisa bibliográfica serão fundamental na continuidade, pois a natureza é essencial nos rituais, além de se ter este manejo de apropriação do ambiente para um retorno sadio, sem precisarem serem marginalizados perante a sociedade, cobrando assim, com que o Estado retome uma postura relacionada as políticas públicas. Reconhecimento deste direito social é garantido pela Carta Magna, a estes grupos sociais, que enfrentam esta problemática, desejam uma qualidade de vida, não somente em termos econômicos, mas a dignidade de poder andar de “cabeça erguida”, sem exclusão, onde é papel do Estado de concretizar estes direitos, e nesta perspectiva, a Educação Ambiental propõe aconselhamentos a esta transformação.

Palavras-Chaves: Justiça Ambiental – Religiosidade – Educação Ambiental

### 1. INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Mestrando em Educação Ambiental- PPGE/UFMT , [luciano.ambiental@gmail.com](mailto:luciano.ambiental@gmail.com)

<sup>2</sup> Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> e Orientadora – PPGE/UFMT, [michelesato@gmail.com](mailto:michelesato@gmail.com)

A Comunidade quilombola de Mata Cavalo é localizada no Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, ficando a 50 (cinquenta) quilômetros de distância da capital do Mato Grosso, Cuiabá. Atualmente, na comunidade, existe cerca de 495 famílias distribuídas num complexo que é constituído de sete áreas de diferentes fazendas, como, Ourinhos, Estiva, Aguaçu de Cima, Mata Cavalo de Baixo, Mata Cavalo de Cima, Mutuca e Capim Verde.

O GPEA – Grupo de Pesquisadores de Educação Ambiental da Universidade Federal do Estado do Mato Grosso em parceria com Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), Diretoria de Educação Ambiental (DEA) E Programa Pantanal do Ministério do Meio Ambiente vem busca conhecer a comunidade quilombola Mata Cavalo, valorizando seus modos de vida, suas expressões artístico-culturais, suas relações de gênero, sua espiritualidade, seus saberes, visões de mundo e possibilidades de vidas sustentáveis. Aliamos a esta ciranda a educomunicação e os Projetos Ambientais Escolares Comunitários. Ouvindo as inúmeras vozes, desejamos diagnosticar os conflitos ambientais e seus efeitos sobre a comunidade. Construindo indicadores que poderão revelar o conceito de sustentabilidade, na ousadia em tecer e fiar a Educação Ambiental, na aliança indissociável da natureza e da cultura.

Partindo deste ponto a contextualização do assunto dividido em tópicos a seguir.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO TERRITORIAL**

Há pertinente a descrição geográfica da localidade, onde é o objeto de estudo, seus limites de confrontações, como já dito alhures, a comunidade de Mata Cavalo localiza-se no Município de Nossa Senhora do Livramento/MT situado geograficamente a 15°45'00'' latitude sul, 56°20'43'' longitude oeste Gr., integra a mesoregião 130, da microregião 534 de Cuiabá, centro sul de Mato Grosso e possui uma área total de 5331,57 km<sup>2</sup>. Ao falar administrativamente, é dividido em quatro distritos, tais quais, como, Sede, Faval, Pirizal, Ribeirão dos Cocais e tem como limites os municípios de Barão de Melgaço, Cáceres, Jangada, Poconé, Rosário Oeste, Santo Antonio do Leverger e Várzea Grande.

É compreendida em duas zonas diferenciadas o seu território, como, a morraria – nos contrafortes da Serra Azul e da Serra das Araras; a baixada formada por planícies e pantanais mato-grossenses.

O clima do tipo tropical quente e sub-úmido, a temperatura média fica em torno de 27°-30°C, com duas estações definidas, a época das chuvas (Outubro-Abril) e seca (Maio-Setembro).

Na área da baixada, de relevo mais baixo, situa-se na depressão do rio Paraguai, calha do rio Cuiabá. Em época “das cheias” fica sujeita a inundações pelas águas das bacias do Rio Cuiabá e Paraguai, receptores dos córregos, rios e ribeirões da região, quase sempre de cuuro perene. Para uma visualização melhor da localidade, veja o mapa a baixo.



### 3. CONTEXTUALIZAÇÃO FÁTICA/TEÓRICA

A Comunidade de Mata Cavallo, aonde vem abrigar os remanescentes quilombolas estão em uma luta pela terra que perdura anos sem que seja pacificado. Sua gênese é da criação da Capitania de Mato Grosso (1748) e a determinação real do deslocamento da capital para o vale do Rio Guaporé, oportunizam perspectivas à ocupação das terras no sentido norte – noroeste, com a abertura de um novo caminho para Vila Bela da Santíssima Trindade, passando ao norte de São José dos Cocais, desde 1750.

A descoberta de ouro em Poconé na década de 70 (em alguns registros pode-se encontrar Ipoconé e Biriponé) e a fundação de São Pedro del Rey em 1781 projetam o povoamento a Oeste. O descobrimento das Minas do Sapateiro, mais a leste, favorece a ocupação neste sentido. Requerimentos de concessão de sesmarias (arquivo Público do Estado do Mato Grosso – APMT – mss. Série Sesmaria) apontam a última década do século XVIII como um momento intenso de ocupação do espaço livramentense.

Apresentada a atividade mineradora, aparece vinculada a produção agrária e pastoril, e com isso, na parte central da sesmaria, em maior número, voltam-se, principalmente, a produção canaveira, fabricando açúcar, água ardente, rapadura. Possuíam como benfeitorias engenhos, casas de vivenda, senzalas, canaviais, milharais e laranjais (ROSA, 1993).

No ano de 1850, o casal ANNA DA SILVA TAVARES e RICARDO ALVES BASTO, arremataram em leilão público uma sesmaria e engenho no lugar denominado Boa Vida, por 2 (dois) conto de réis. Em 1873, o casal vende a parte de cima da sesmaria para Marcelino Paes de Barros.

Alguns anos mais tarde, em 1874, enfermo, Ricardo José Alves Basto, firma um testamento aberto, e por não possuir filho com sua esposa, institui Dona Anna Tavares herdeira universal dos seus bens, e declara deixar, por morte de suas esposa, para Francisco José da Silva, o sítio e a sesmaria de Boa Vida com as benfeitorias. E os escravos para servir Dona Anna e com o falecimento da mesma, passam a gozar de plena liberdade como se de ventre livre nascessem, registrado em Cartório do Município.

Já em 1883, Dona Anna registra em Cartório ratificando o testamento aberto pelo seu marido que, na ocasião, afirmando ser possuidora de uma parte do ribeirão denominado Mata Cavallo, doa aos seus escravos, inclusive aqueles que se libertarão por ocasião do inventario de seu marido, tornando assim, proprietários de terras em Livramento (nome dado aos locais para a designação do Município). Além dos escravos, Leopoldino A. Costa, também recebe terras em doação da sesmaria da Boa Vida.

Entretanto, naquele período, a dureza que a Lei tinha em relação à ocupação das terras por ex-escravos era intensa, foi assim, desta forma, que teve a formação da Comunidade Negra Rural de Mata Cavallo. E assim, naquele período, com a mentalidade de que o ser humano branco era o exclusivo detentor de terras, e o ser humano negro livre não tinha autonomia, capacidade, e era sujeito ao trabalho compulsório, logo transformou a Comunidade de Mata Cavallo em objeto de litígio.

Avançando um pouco mais no tempo, a Fundação Cultural Palmares em 28 de outubro de 1999 reconheceu como remanescente de quilombo e recebeu o título de domínio de 11.722 hectares de terra em julho de 2000, que faz parte do Ministério da Cultura muito antes do Governo a reconhecer, por meio do decreto nº 4.887/2003.

Mesmo sendo conhecida, a questão da luta por suas terras ainda trás conflitos pesados, como enfrentamento dos fazendeiros, trombam com a policia, despejos, humilhações e racismo.

No artigo 68 do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios Federal prevê o reconhecimento da posse da terra aos quilombolas que estejam ocupando a área remanescente dos quilombos. Na legislação estadual, o artigo 33 dos Dispositivos Constitucionais Transitórios de Mato Grosso, de 1989, diz que o Estado emitirá, no prazo de um ano, independentemente de estar amparado em legislação complementar, os títulos de terra aos remanescentes de quilombos que ocupem as terras há mais de 50 anos.

Tantas injustiças ocasionadas por essas disputas em busca de uma cidadania, as pessoas desta comunidade que tem a Identidade Quilombola, mesmo garantindo por Lei sua proteção e seus direitos, procuram a justiça, e querem justiça. Senão, vejamos justiça ambiental.

### 3.1. A Comunidade de Mata Cavalo e a Justiça Ambiental

A Justiça Ambiental esta intimamente relacionada com as desigualdades das distribuições, dos benefícios, pelos problemas ambientais entre diferentes grupos sociais (nos grupos mais vulneráveis de uma determinada comunidade) ou entre outros que podem ser afetados desproporcionalmente por efeitos negativos, devendo eles ser conferido o direito de participar, efetivamente, das decisões que os afetem a pleitear medidas compensatórias pelos gravames por eles suportados (NUSDEO, 2006). O termo Justiça Ambiental teve início nos anos 80 nos Estado Unidos por movimentos ambientalistas.

Na Comunidade de Mata Cavalo há várias instabilidades, tais quais, como, despejos freqüentes, as incertezas se suas casas estarão íntegras, além de seus resguardos físicos e mentais, que são deturpados por uma classe social, isso aufere um descaso com os remanescentes quilombolas em resolução de seus impasses territorial. Pois são pessoas de baixa renda, negras parte de crença Umbanda/Candomblé, que são excluídas pela sociedade.

A distribuição dos benefícios, riscos e gravames (atentar-se em resguardar) tem um aspecto de procedimento, na forma de como se deve dar a participação da Comunidade que esta sendo afetada por decisões políticas, e esta discussão parte de que todas as leis e atos da administração pública deve ter interesse público e que surtam seus efeitos a estes quilombolas, ou seja, que tenham a transferência de benefícios e custos.

Cabe a Administração pública propiciar políticas públicas a esta Comunidade vulnerável e permitir que desfrutem da natureza, que favoreçam a redução de problemas de saúde e que geram empregos, notadamente com novas tecnologias de menor impacto ambiental.

Desta forma, esta Comunidade vulnerável poderá ter investimentos públicos que deixam de ser gastos em outras políticas sociais que geram grandes benefícios a todos, desde medidas e processos de proteção ambiental.

Neste diapasão, deve haver o aconselhamento de posturas voltadas a pacificação harmônica destes conflitos, e cabe a esperança de que ser agregada o valor a vida protegida na Constituição Federal/1988.

### 3.2. A Comunidade de Mata Cavalo e a Religiosidade

A miséria religiosa é, de um lado, a expressão da miséria real e, de outro, o protesto contra a mesma miséria. A religião é o suspiro da criatura acabrunhada pela desgraça. (MARX, 2006, p. 94,).

Assim a religiosidade presente em na Comunidade de Mata Cavalo são três visíveis, a Católica, Evangélica e a Umbanda/Candomblé.

Dentre destas, iremos adentrarmos na Umbanda/Candomblé, pois buscamos, os valores religiosos, que na sociologia, eram ligados as estruturas sociais e/ou condições dos seres humanos na sociedade, verificada em Mata Cavalo.

Como já dito alhures, a gênese da Comunidade de Mata Cavalo fora as terras dadas em doação por Dona Anna aos seus escravos, e a escravidão que aconteceu desagregou símbolos, representações coletivas, estruturas sociais, seus valores, pois os escravos eram dominados por seus “senhores” que eram submissos à vontade destes. No entanto, o papel religioso é uma das formas de resistências quando não se outra forma política.

A Umbanda/Candomblé existe na Comunidade de forma a seguir o calendário religioso cristão, pois quando há uma festa dos santos católicos, após as 23:00 começam o culto as entidades da umbanda/candomblé.

Louvando São Benedito, São Gonçalo, Nossa Senhora Aparecida na entrada dos festejos, sendo que ao final tem a crença de Ogum, Oxóssi, Oxum, Yemanjá entre outros, como caboclos, preto velho e exú.

Historicamente, os escravos eram obrigados seguir o cristianismo, uma vez que o controle religioso torna mais favorável a dominação de um povo.

BATISDE (1985, p. 223) traça o seguinte:

A religião não se tornou ai por isto um ópio para o povo, ou um ponto de partida de movimentos messiânicos; o homem de cor não procurou ai uma fuga da realidade ou uma compensação a suas desgraças; fazia dela simplesmente um canal de ascensão, um meio de melhorar seu status de todos os dias. O catolicismo foi por ele concebido mais como uma atividade social do que mística, mais como uma organização da



qual podia se aproveitar na terra que como um banco de investimentos celestes, mais como instituição que fé.

As religiões de matrizes genuínas africanas, não trazem consigo a diferenciação do “bem” do “mau”, certo que o divino e o profano se encontram, e o catolicismo, com conceitos puritanos que trouxe essas concepções numa cultura onde não se tinha como a demonização dos seus seguidores.

Para se ter um parâmetro há entidade dos exus que com a interferência das concepções cristã, associou-se este ao demônio, colocando chifres e rabo pontiagudo. Com isso trouxe algumas reservas para o culto destas religiões.

Uma característica encontrada na Comunidade e o uso de algumas palavras Iorubá no culto de Umbanda/Candomblé, nos festejos.

VERGER (1992, p. 6):

Léo Frabenius é o primeiro a declarar, em 1910, que a religião dos iorubás tal como se apresenta atualmente só gradativamente tornou-se homogênea. Sua uniformidade é o resultado de adaptações e amálgamas progressivos de crenças vindas de várias direções. Atualmente, setenta anos depois, ainda não há, em todos os pontos do território chamado Iorubá, um panteão dos orixás bem hierarquizado, único e idêntico. As variações locais demonstram que certos orixás, que ocupam uma posição dominante em alguns lugares, estão totalmente ausentes em outros.

É o que acontece na Comunidade, alguns falam uma linguagem tendo alguns Orixás e outros não sendo cultuado. Mas aparece nas estruturas do culto, um sistema bem hierarquizado na forma de veneração destes Orixás.

GEERTZ (1989) em seu discurso nos assenta que “toda cultura é um texto”, principalmente a religiosidade que esta sendo demarcada por seus regionais como em festas de santos, movendo vários representantes da comunidade para festejar, tais como a dança do Congo e o culto dos Orixás.



### 3.3. A Comunidade de Mata Cavalo e as Contribuições da Educação Ambiental

A Educação Ambiental é transversal alcançando diversas as esferas do saber. O papel da EA é aconselhamento para uma conscientização para uma mudança de atitudes local, inclusive o global.

SATO (2001) nos contribui que a EA vem com a necessidade de revelar a subjetividade dos sujeitos mediados pelas relações pedagógicas, e sua dimensão transversal que auferir diversas áreas do conhecimento sem desrespeitar os arranjos de seus objetos e necessidades variadas.

Devido estas relações que a EA contribui, traz aconselhamentos para que haja uma conscientização, mas também uma sensibilização, fazendo com que o indivíduo transforme de “dentro para fora”, também.

Há que ressaltar, a EA por ter a transversalidade e interdisciplinaridade onde seu paradigma é numa construção democrática que pode levar tempo para serem estabelecidas, pois são necessários que haja a quebra do individualismo para serem inseridas as dimensões coletivas (SATO 2001).

O que ocorre na Comunidade de Mata Cavalo, aonde a mediação pedagógica (dialética) vem construindo de forma democrática as dimensões coletivas. Surgindo assim os aconselhamentos para que haja a sensibilização referente à Comunidade.

O método de pesquisa utilizada é a bibliográfica. Assim, de acordo com contribuição de SATO (2001, p. 07):

A pesquisa bibliográfica é um estudo baseado nas referências literárias, nos documentos ou nas narrativas orais que possibilitam diversas leituras dos fatos, fenômenos, pensamentos ou de autor@s estudad@s. Tais investigações podem trazer uma nova interpretação em determinadas situações, pessoas, temas ou sociedades.

E a fenomenológica, onde o pesquisador busca elementos internos e externos baseado na subjetividade do sujeito-objeto. De acordo com a grandiosa explanação de SATO (2001, p. 08):

Este enfoque descreve significados das experiências de vida sobre uma determinada concepção ou fenômeno, explorando a estrutura da consciência humana. @s pesquisador@s buscam a estrutura invariável (ou essência), com elementos externos e internos baseados na memória, imagens, significações e vivências (subjetividade). Há uma ruptura da dicotomia “sujeito-objeto” e dos modelos exageradamente “cientificistas”.

Por intermédio destes caminhos escolhidos para a pesquisa, a EA busca fazer este resgate de valores presentes na Comunidade com objetividade emancipatória, transformadora, participativa, permanente, contextualizadora, interdisciplinar e ética.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade de Mata Cavalo vem, ao longo do tempo, sendo palco de uma disputa para prevalecer à democracia estabelecida em nosso Estado. Lutando por dignidade, por humanidade, respeito, visibilidade, uma vez que sua gênese fora de terras doada pela proprietária de escravos, Dona Anna Tavares.

O entrave judicial relacionados com despejos repentinos e inesperados cabe a EA vir a trazer uma transmutação dos fatos presenciados, como um suporte de visualização destes grupos sociais vulneráveis, num processo mais democrático.

FREIRE (1987) nos ensina que, a verdade do opressor reside na consciência do oprimido, esta libertação é totalmente possível pela conscientização/sensibilização arraigada nesta transversalidade e interdisciplinaridade proporcionada pela EA, onde atua com ética, inovação participativa perante a Comunidade.

E com isso auxiliando em busca da Justiça Ambiental, cobrando uma postura do Estado em trazer efetividade, eficiência e eficácia nas políticas públicas perante a Comunidade, que se encontra esquecida em papéis nos gabinetes dos governantes competentes.

Nossa proposta não é salvar o mundo, mas que com o pouco que temos de nossa participação, militância, auxiliar a rapidez deste processo democrático que sem encontra. Uma vez que fazemos o papel de “beija-flor” em ajudar a apagar o incêndio, nos deparamos na esperança de continuidade do trabalho desempenhado.

## 5. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BASTIDE, R. **As Religiões Africanas no Brasil**. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1985.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1987.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GRÛN, M.. **Ética e Educação Ambiental**. São Paulo: PAPIRUS, 2005.

PRANDI, R. **Mitologia dos Orixás**. Companhia das Letras, 2007.

RAWLS, J. **O Direito dos Povos**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SATO, M. **A educação ambiental tecida pelas teorias biorregionais**. In: FERRARO, L. (Org.) **Encontros e caminhos - Formação de educadores(as) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Diretoria de Educação Ambiental, MMA, 2005, p.35-46.

SATO, M.; SANTOS, J. E.. **Agenda 21 em Sinopse**. São Carlos: UFSCar, 1999.

SATO, M. **Apaixonadamente pesquisadora em educação ambiental** In: **Educação, Teoria e Prática**, 9(16/17): 24-35, 2001.

SATO, M; SORRENTINO, M. **A sustentável leveza do ser**. *Revista Água e Cultura*. Porto, v.1, n.2, 2007 (no prelo).

VERGER, P. F. **Orixas**. Editora Corrupio, 1992.

### 5.1. REFERENCIAL WEB-SITE

<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justi%C3%A7a+ambiental>